

Usineiros pedem incentivos para bioeletricidade

Os produtores de açúcar e álcool se reúnem hoje, em Brasília, com o ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmerman, para discutir um programa de bioeletricidade a partir do bagaço de cana. Os usineiros querem resolver algumas questões que ainda travam os investimentos. Uma delas é a criação de uma linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para expandir a produção de eletricidade nas usinas.

Outra pendência é a questão da conexão dessa energia com a rede básica de transmissão. Como são muito espalhadas e estão distantes, as usinas precisam de unidades coletoras que joguem a energia no sistema nacional, afirma o professor do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Nivalde Castro, que tem acompanhado de perto o potencial dessa área na produção de energia elétrica.

De acordo com estudos, o setor sucroalcooleiro poderá ter uma Hidrelétrica de Itaipu (14 mil megawatt) em capacidade instalada até 2020. Hoje, das 430 usinas existentes, só 88 vendem energia. Esse número poderá subir já no mês que vem, com o leilão de energia de reserva, que contemplará apenas fontes renováveis, como eólicas, biomassa e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). / **RENÉE PEREIRA**

Negros ainda são vítimas de escravidão (Antonio Gois)

Folha de S. Paulo

De cada 4 trabalhadores libertados no país, 3 são pretos ou pardos, diz estudo de economista da UFRJ

Passados 122 anos desde a Lei Áurea, 3 em cada 4 trabalhadores libertados de situações análogas à escravidão hoje são pretos ou pardos.

É o que mostra um estudo do economista Marcelo Paixão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, feito a partir do cadastro de beneficiados pelo Bolsa Família incluídos no programa após ações de fiscalização que flagraram trabalhadores em situações que, para a ONU, são consideradas formas contemporâneas de escravidão.

São pessoas trabalhando em situações degradantes, com jornada exaustiva, dívidas com o empregador -que o impedem de largar o posto- e correndo riscos de serem mortas.

Paixão, que publica anualmente um Relatório de Desigualdades Raciais (ed. Garamond), diz que foi a primeira vez em que conseguiu investigar a cor ou raça desses trabalhadores, graças à inclusão do grupo no Bolsa Família.

Os autodeclarados pretos e pardos -que Paixão soma em seu estudo, classificando como negros- representavam 73% desse grupo, apesar de serem 51% da população total do Brasil. Tal como nas pesquisas do IBGE, é o próprio entrevistado que, a partir de cinco opções (branco, preto, pardo, amarelo ou indígena) define sua cor.

Para o economista, "a cor do escravo de ontem se reproduz nos dias de hoje. Os negros e índios, escravos do passado, continuam sendo alvo de situações em que são obrigados a trabalhar sem direito ao próprio salário. É como se a escravidão se mantivesse como memória".

Pretos e pardos são maioria entre a população mais pobre. Segundo o IBGE, entre os brasileiros que se encontravam entre os 10% mais pobres, 74% se diziam pretos ou pardos.

Para Paixão, ainda que hoje a cor não seja o único fator a determinar que um trabalhador esteja numa condição análoga à escravidão, o dado sugere que ser preto ou pardo eleva consideravelmente a probabilidade.

